



FF
[Assinatura]

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº.
310252-3

IMPETRANTE: JOSELMA XAVIER DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ALEXANDRE CÉSAR EUSTÁQUIO DE ALMEIDA PE018805

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADA. DEFERIMENTO DE LIMINAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO DE PLANO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO INDISPENSÁVEL. PACIENTE CARENTE. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. QUANTITATIVO DO MEDICAMENTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Preliminar de ausência de prova pré-constituída, não conhecida. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, rejeitada.

2. Analisando o plexo probatório coligido, constata-se, à primeira vista, o delicado quadro clínico da impetrante, patenteado pela declaração e receituário carreado à inicial, quando se conclui, outrossim, a necessidade do tratamento com o medicamento prescrito, já mencionado em nosso relatório.

3. Na documentação acostada, patenteia-se, ainda, a omissão da autoridade coatora em fornecer o fármaco prescrito, sob a alegação que de acordo com a Portaria GM 2.981 de 26/11/2009, o medicamento solicitado não está contemplado nos programas de saúde preconizados pelo Ministério da Saúde, portanto, não está disponível.

4. Alega a autoridade coatora que para a enfermidade da qual a impetrante é portadora, existem outros medicamentos, a exemplo de Iloprosta, sildenafil, Nifedipino e Anlodipino. Ocorre que, quem diz que BOSENTANA (TRACLER) 125mg é o médico que assiste a paciente, possuindo este a devida formação técnica para prescrever o melhor tratamento para os seus pacientes. Ressalte-se, por fim, que a formação médica é com o ser humano, independentemente de sua condição social, e que precisa ter o tratamento adequado para garantir a sua dignidade.

5. Tratando-se a lide em apreço do direito à manutenção da saúde, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, a comprovada necessidade do tratamento em apreço e a falta de condições de adquiri-lo, legitimado está o direito da impetrante em buscar a tutela jurisdicional, face o amparo por meio de dispositivo constitucional.

6. Súmula nº 18 desta Corte de Justiça: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial", posicionamento que se coaduna com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

7. Por fim, insurge-se a autoridade apontada como coatora quanto à fixação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), que segundo ele é desproporcional e irrazoável, não existindo fundamento legal para a sua fixação.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

15

O artigo 461, §4º do CPC, nos casos de obrigações de fazer, permite a fixação de multa para compelir o devedor ao seu adimplemento.

8. Todavia, entendo que o valor arbitrado é razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente que está acometido de Hipertensão Arterial Pulmonar Severa (CID I 27.0), sob pena de riscos graves a sua saúde. Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido.

9. À unanimidade, concedida a segurança pleiteada, para que seja fornecido o medicamento BOSENTANA reclamado pela parte impetrante, prejudicado o julgamento do Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Mandado de Segurança e Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº 310252-3**, no qual figuram, como impetrante, **Joselma Xavier de Oliveira** e, como impetrado, o **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Coleando Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **conceder a segurança**, prejudicado o julgamento do Agravo Regimental, tudo de conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo.
Relator



42

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº.
310252-3

IMPETRANTE: JOSELMA XAVIER DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ALEXANDRE CÉSAR EUSTÁQUIO DE ALMEIDA PE018805

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

RELATÓRIO

Joselma Xavier de Oliveira impetra o presente *writ* em desfavor do **Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco**, autoridade acolmada coatora, em face da recusa ao fornecimento de medicamentos impostergáveis à saúde da impetrante, cidadã carente na forma da lei.

A autora, portadora de Hipertensão Arterial Pulmonar Severa (CID I.27.0) necessitando de tratamento com o medicamento Bosentana (Tracler) de 125mg, segundo tratamento prescrito pela Dra. Ângela Pontes Bandeira (CRM 8093), cardiologista do Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco Prof. Luiz Tavares - PROCAPE - UPE.

Diante da recusa da autoridade coatora, a impetrante manejou o presente *mandamus*, no qual colima, inicialmente, o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950.

Em seguida, pugnou pela concessão de liminar, a fim de que se determine à autoridade coatora o fornecimento urgente do medicamento, com a cominação de multa diária em caso de descumprimento da ordem judicial, e, ao fim, pela concessão da segurança, confirmando-se aquela medida e condenando-se o Estado nos ônus sucumbenciais.

Esta Relatoria concedeu a liminar requerida, determinando que a autoridade coatora fornecesse o medicamento BOSENTANA, de acordo com a prescrição médica acostada à inicial, nos quantitativos ali discriminados, sob pena de multa diária de R\$1.000,00 (hum mil reais).

A autoridade apontada como coatora prestou informações às fls. 36/45 alegando, preliminarmente, a ausência de prova pré-constituída, bem como a impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, defende que existem outros medicamentos de eficácia comprovada para tratamento da hipertensão arterial (CID I 27.0) disponibilizados pelo SUS, a exemplo, de Iloprosta, Sildenafil, Nifedipino e Anlodipino. Some-se a isso que o deferimento do pedido viola a cláusula de reserva do possível. Por fim, insurge-se quanto ao arbitramento da multa diária em caso de descumprimento.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Em ato contínuo também foi interposto Agravo Regimental contra decisão que concedeu a liminar pleiteada.

Em despacho exarado à fl. 63, esta Relatoria reconheceu a necessidade de dar continuidade à instrução do Mandado de Segurança, prejudicado o processamento do Agravo Regimental (fls. 50/57) interposto pelo Estado de Pernambuco, em prestígio aos princípios da celeridade e economia processuais.

O Representante do Ministério Público atuante nesta instância recursal – Procuradora de Justiça Maria Helena Nunes Lyra- opinou pela rejeição das preliminares e, no mérito, pela concessão da segurança.

É o relatório. À pauta.

Recife, 11 de setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



48
[Assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO
MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 310252-3
IMPETRANTE: JOSELMA XAVIER DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ALEXANDRE CÉSAR EUSTÁQUIO DE ALMEIDA PE018805
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES
RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

VOTO – Preliminar de Impossibilidade Jurídica do Pedido.

O bem maior do ser humano é a vida, que deve ser resguarda por todos os meios possíveis e plausíveis no ordenamento jurídico brasileiro, principalmente através da Administração Pública, que recebe impostos, taxas entre outros tributos que tem o fito de garantir uma melhor qualidade de vida aos cidadãos.

Segundo a CF/88, "a lei não excluíra da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CF, art. 5º, inciso XXXV).

O princípio de acesso ao Judiciário autoriza aos cidadãos buscarem o auxílio da Justiça quando lesado ou ameaçado seus direitos, inclusive, por algum ato perpetrado por órgão do Poder Executivo.

Some-se a isso o fato de que a Constituição Federal, em seu artigo 196, preconiza que "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Se há um dever do Estado em prestar a saúde, a sua negativa em não fornecer medicamento ao paciente, viola seu direito constitucional, passível de apreciação pelo Poder Judiciário.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar em apreço.

Recife, 24 de Setembro de 2013.

É como voto.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 310252-3

IMPETRANTE: JOSELMA XAVIER DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ALEXANDRE CÉSAR EUSTÁQUIO DE ALMEIDA PE018805

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

VOTO – Preliminar de Ausência de Prova Pré-Constituída.

Alega o impetrado a ausência de prova pré-constituída por inexistência de direito líquido e certo, uma vez que não existe prova acerca da eficácia do tratamento pretendido, sob o argumento de que não foi acostado qualquer documento que ateste que o medicamento guerreado é a única forma eficaz de combate à doença que sofre a impetrante.

A presente liminar confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, não devendo, portanto, ser conhecida.

Ante o exposto, voto pelo não conhecimento da preliminar em apreço.

É como voto.

Recife, 29 de Setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA E AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 310252-3

IMPETRANTE: JOSELMA XAVIER DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ALEXANDRE CÉSAR EUSTÁQUIO DE ALMEIDA PE018805

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

VOTO

Como se presta ao amparo de direito líquido e certo, segundo se deflui do artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal e do artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, o processamento mandamental requer a pré-constituição da prova.

Analizando o plexo probatório coligido, constata-se, à primeira vista, o delicado quadro clínico da impetrante, patenteado pela declaração e receituário carreado à inicial, quando se conclui, outrossim, a necessidade do tratamento com o medicamento prescrito, já mencionado em nosso relatório.

Na documentação acostada, patenteia-se, ainda, a omissão da autoridade coatora em fornecer o fármaco prescrito, sob a alegação que de acordo com a Portaria GM 2.981 de 26/11/2009, o medicamento solicitado não está contemplado nos programas de saúde preconizados pelo Ministério da Saúde, portanto, não está disponível.

Alega a autoridade coatora que para a enfermidade da qual a impetrante é portadora, existem outros medicamentos, a exemplo de Iloprostá, sildenafil, Nifedipino e Anlodipino.

Ocorre que, quem diz que BOSENTANA (TRACLER) 125mg é o médico que assiste a paciente, possuindo este a devida formação técnica para prescrever o melhor tratamento para os seus pacientes.

Ressalte-se, por fim, que a formação médica é com o ser humano, independentemente de sua condição social, e que precisa ter o tratamento adequado para garantir a sua dignidade.

Portanto, apesar de não constar na lista de fornecimento da Portaria do Ministério da Saúde, entendo que é infundada a negativa ao fornecimento da medicação indicada baseada em procedimentos burocráticos. Ora colaciono precedente do STJ, *in verbis*,

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO DE



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

MEDICAÇÃO. CÂNCER. DIGNIDADE HUMANA. 1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento. Precedentes: RMS 17449/MG DJ 13.02.2006; RMS 17425/MG, DJ 22.11.2004; RMS 13452/MG, DJ 07.10.2002. 2. (omissis) 3. (omissis) 4. **As normas burocráticas não podem ser erguidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte do cidadão carente, em especial, quando comprovado que a medicação anteriormente aplicada não surte o efeito desejado, apresentando o paciente agravamento em seu quadro clínico.** Precedente: RMS 17903/MG Relator Ministro CASTRO MEIRA DJ 20.09.2004. 5. Recurso ordinário provido. (STJ, ROMS 20335/PR. Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma. Julgado em 10/04/2007, publicado em 07/05/2007 - grifei).

A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional: à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo:

"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (CF/1988, art. 196).

"Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

I - a execução de ações:

[...]

d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica" (Lei nº 8.080/1990).

Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme exigido pela Lei nº 12.016/2009, para a concessão da segurança. Nossa jurisprudência, em reiterados casos, vem admitindo o manejo do *writ* com semelhante desiderato, como no escólio a seguir:

"Administrativo e constitucional - Hepatite crônica - Medicação - Fornecimento - Dever do Estado. Já se firmou nos dois Grupos de Câmaras Cíveis deste Tribunal de Justiça a orientação jurisprudencial segunda a qual se o Poder Público Estadual não vem cumprindo o seu dever constitucional de fornecer às pessoas carentes, portadoras de enfermidades crônicas como a hepatite



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

C, a AIDS e outras, a medicação de que necessitam para o seu tratamento, é perfeitamente lícito que elas invoquem a proteção do Poder Judiciário para compelir a autoridade administrativa competente a cumprir tal obrigação. Aplicação dos art. 196 e 198 da Carta Magna Federal. Procedentes Jurisprudenciais. Segurança concedida. Decisão unânime" (TJPE, Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, MS nº 79922-8, rel. Des. José Fernandes, d.u., j. 04/05/2005, p. 16/06/2005).

Na esteira desse precedente, também foi editada a Súmula nº 18 deste Tribunal que assim dispõe: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Nossa jurisprudência, em reiterados casos, corrobora semelhante desiderato:

Ementa CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1.A ora agravada é portadora de hipertensão arterial pulmonar, necessitando do uso de medicina de alto custo, conforme atesta laudo médico, não dispondo de condições financeiras para aquisição do medicamento Bosetan (Tracleer), 62,5 mg e 125 mg, mensalmente e de forma contínua. 2.É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem. 3.A negativa de fornecimento de tratamento, que possa levar o paciente à morte, implica em desrespeito ao direito fundamental à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4.Precedentes do STJ. 5.Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça. 6.Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 2º, 37, caput, 197 e 198, I, todos da CF/88. 6.Recurso de agravo unanimemente improvido. (Recurso de Agravo 160318-7/01; Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto; Órgão Julgador 8ª Câmara Cível; Data de Julgamento 6/11/2008);

Ementa CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1.A ora substituída processualmente pelo Ministério Público Estadual é portadora de hipertensão arterial pulmonar, necessitando do uso de medicina de alto custo, conforme atesta laudo médico, não dispondo de condições financeiras para aquisição do medicamento Bosetan (Tracleer), 125 mg, mensalmente e de forma contínua por 12 (doze) meses. 2.É dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem. 3.A negativa de fornecimento de



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

tratamento, que possa levar o paciente à morte, implica em desrespeito ao direito fundamental à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado. 4.Precedentes do STJ. 5.Não vulneração dos dispositivos constantes nos arts. 37, XXI, 109, I, 196, 197 e 198 da CF, e 4º e 7º da Lei nº 8.080/906. 6.Recurso de agravo unanimemente improvido. (Recurso de Agravo 169334-7/01; Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto; Órgão Julgador 8ª Câmara Cível; Data de Julgamento 31/7/2008);

Ementa DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCLEROSE SISTÊMICA. MEDICAMENTO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA POR UNANIMIDADE. AGRAVO PREJUDICADO. Na ação mandamental, constata-se a comprovação por parte da Impetrante da necessidade do uso do medicamento BOSENTANA 62,5 mg e 125 mg, uma vez que tal diagnóstico foi proferido por médico especialista na área da patologia de que a Impetrante é acometida. Portanto, cabe ao Estado assegurar o direito à saúde nessa situação devendo promover políticas sócio-econômicas destinadas a possibilitar o acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (CF, art. 196), bem como preocupar-se com a prevenção de doenças e outros agravos, mediante a redução dos riscos (CF, art. 166 e art. 198, II). Agravo Regimental interposto pelo Estado de Pernambuco: prejudicado. Em virtude da manutenção do entendimento da liminar, esvaziou-se o objeto da interposição do Agravo Regimental n. 0165178-3/01, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o agravante visa obstar tornaram-se consumados. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal. O Grupo, por unanimidade de votos, rejeitou as preliminares de ausência de citação dos litisconsortes passivos necessários, de incompetência da Justiça Estadual e de ausência de prova pré-constituída e, no mérito, unanimemente, concedeu a segurança, confirmando a liminar anteriormente concedida e, em consequência, julgou prejudicado o Agravo Regimental nº 165178-3/01. (Agravo Regimental 165178-3/01; Relator Antenor Cardoso Soares Junior; Órgão Julgador 1º Grupo de Câmaras Cíveis; Data de Julgamento 28/5/2008).

Por fim, insurge-se a autoridade apontada como coatora quanto à fixação de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), que, segundo ela, é desproporcional e irrazoável, não existindo fundamento legal para a sua fixação.

O artigo 461, §4º do CPC, nos casos de obrigações de fazer, permite a fixação de multa para compelir o devedor ao seu adimplemento.

Todavia, entendo que o valor arbitrado é razoável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente que está acometido de Hipertensão Arterial Pulmonar Severa (CID I 27.0), sob pena de riscos graves a sua saúde.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

15

Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido.

Isto posto, corroboram-se tanto a ilegalidade do ato omissivo que se almeja suprir, quanto o direito líquido e certo vulnerado pela omissão, razão pela qual sou pela **concessão da segurança**, com base no artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, para que seja fornecido o medicamento BOSENTANA, nos termos da prescrição médica, prejudicado o Agravo Regimental.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator